SEMINÁRIO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PESQUISADORES E INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM DIREITO DA FEPODI

S472
Seminário Nacional de Formação de Pesquisadores e Iniciação Científica em Direito da FEPODI [Recurso eletrônico on-line] organização Federação Nacional dos Pós-Graduandos em Direito - FEPODI;

Coordenadores: Beatriz Souza Costa, Lívia Gaigher Bosio Campello, Yuri Nathan da Costa Lannes – Belo Horizonte: ESDH, 2017.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-5505-383-2
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

1. Direito – Estudo e ensino (Graduação e Pós-graduação) – Brasil – Congressos nacionais. 2. Direito Constitucional. 3. Direito ambiental. 4. Direito Administrativo. 5. Direito Civil. 6. Direito Penal. 7. Direitos Humanos. 8. Direito Tributário. 9. Filosofia Jurídica. 10. Gênero. 11. Diversidade Sexual. I. Seminário Nacional de Formação de Pesquisadores e Iniciação Científica em Direito da FEPODI (1:2016 : Belo Horizonte, MG).

CDU: 34

FEPODI
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PÓS-GRADUANDOS EM DIREITO

SEMINÁRIO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PESQUISADORES E INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM DIREITO DA FEPODI

Apresentação

É com imensa satisfação que a Escola Superior Dom Helder Câmara e a Federação Nacional dos Pós-graduandos em Direito – FEPODI apresentam à comunidade científica os Anais do Seminário Nacional de Formação de Pesquisadores e Iniciação Científica em Direito. Tal produção resulta do exitoso evento sediado nas dependências da Escola Superior Dom Helder Câmara, em Belo Horizonte-MG, nos dias 10 e 11 de outubro de 2016, que contou com o valioso apoio do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito – CONPEDI e da Associação Brasileira de Ensino do Direito – ABEDi.

Trata-se de obra coletiva composta por 263 (duzentos e sessenta e três) resumos expandidos apresentados no seminário e que atingiram nota mínima de aprovação dentre os 318 (trezentos e dezoito) trabalhos submetidos ao evento. As comunicações científicas estão organizadas em 21 (vinte e um) Grupos de Trabalho ligados a diversas áreas do direito, inseridos num ambiente de ricos debates e profundas trocas de experiências entre os representantes das mais diversas localidades do Brasil.

Os referidos Grupos de Trabalho contaram, ainda, com a contribuição de proeminentes docentes ligados a renomadas instituições de ensino superior do país, os quais indicaram os caminhos para o aperfeiçoamento dos trabalhos dos autores, afim de que eles estejam aptos, após desenvolvimento, a serem publicados posteriormente nos periódicos jurídicos nacionais.

Neste prisma, os presentes anais, de inegável valor científico, já demonstram uma contribuição para a pesquisa no Direito e asseguram o cumprimento dos objetivos principais do evento de fomentar o aprofundamento da relação entre pós-graduação e graduação em Direito no Brasil, bem como de desenvolver os pesquisadores em Direito participantes do evento por meio de atividades de formação em metodologias científicas aplicadas.

Uma boa leitura a todos!

Beatriz Souza Costa

Lívia Gaigher Bosio Campello

Yuri Nathan da Costa Lannes

Coordenadores Gerais do Seminário Nacional de Formação de Pesquisadores e Iniciação Científica em Direito.

JOVENS EM CONFLITO COM A LEI: A EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA FICA VIVO EM BELO HORIZONTE

YOUNG PEOPLE IN CONFLICT WITH THE LAW: THE EXPERIENCE OF THE FICA VIVO PROGRAM IN BELO HORIZONTE

Nicolas Antunes Camargos [1]
Pedro Henrique Siqueira Mangabeira [2]
Caio Augusto Souza Lara [3]

Resumo

O objetivo dessa pesquisa é investigar como o programa Fica Vivo atua na redução da criminalidade entre jovens em conflito com a lei nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte. Para tanto, levantam-se dados quantitativos de jovens entre 12 e 24 anos atendidos, avalia-se a rede de projetos sociais promovida e verifica-se a eficácia das oficinas que inserem o jovem na sociedade. Ademais, afere-se a condição socioeconômica e o contexto de vulnerabilidade social dos jovens atendidos pelo programa. Por fim, identificam-se quais os tipos penais as condutas ilícitas desses jovens se inserem.

Palavras-chave: Programa fica vivo, Criminalidade, Jovens

Abstract/Resumen/Résumé

The objective of this research is to investigate how the Fica Vivo program works to reduce crime among young people in conflict with the law in the metropolitan areas of Belo Horizonte. Therefore, rising figures of young people between 12 and 24 attended, evaluates the network promoted social projects and verifies the effectiveness of the workshops inserting the young in society. In addition, it measures to socioeconomic status and social context of vulnerability of young people enrolled in the program. Finally, it identifies which criminal offenses the illegal conduct of these young people are located.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Fica vivo program, Criminality, Young

[1] Graduando em Direito - modalidade Integral - pela Escola Superior Dom Helder Câmara.

[2] Graduando em Direito pela Escola Superior Dom Helder Câmara.

[3] Qualificação do Caio: Graduado, Mestre e Doutorando em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais UFMG.

1- CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

Com as intensas atividades do tráfico de drogas e o envolvimento de um grande contingente de adolescentes na criminalidade em certas regiões de Belo Horizonte, principalmente nos aglomerados nas regiões metropolitanas, foi criado o Programa Fica Vivo. Sabendo-se que a pesquisa situa-se na área do Direito penal e na subárea do Direito Socioeducativo, ela tem o objetivo de proporcionar às pessoas uma visão mais abrangente sobre esse programa que é de suma importância para as famílias carentes que procuram um futuro melhor para seus entes, uma vez que possuem dificuldades para se sustentarem e ao mesmo tempo proteger seus filhos do mundo da criminalidade.

Faz-se necessário relatar que o presente problema objeto da pesquisa é apontar a metodologia aplicada pelo Programa Fica Vivo para a garantia dos direitos dos adolescentes e dos jovens na região metropolitana de Belo Horizonte, quais as experiências positivas e os principais obstáculos enfrentados pelo programa em sua atuação. Tendo em vista que o programa é destinado à ajuda aos jovens moradores de regiões caracterizadas como áreas de risco, é importante informar-se sobre as dificuldades existentes do programa para com estes indivíduos em questões de afastamento dos meios ilícitos.

A pesquisa é considerada pertencente à vertente metodológica jurídico-sociológica, buscando analisar dados num ambiente social mais amplo. Tal tema escolhido necessita de dados comprobatórios em relação à eficácia, eficiência e efetividade do programa para com a sociedade. No tocante ao tipo de investigação, foi escolhido, na classificação de Witker (1985) e Gustin (2010), o tipo jurídico-diagnóstico. O raciocínio desenvolvido na pesquisa será predominantemente indutivo. Quanto à natureza dos dados, serão fontes primárias: entrevistas, documentos oficiais, dados estatísticos e informações de arquivos e, como auxílio para a pesquisa, serão dados secundários: livros, artigos, artigos de revistas e jornais, teses e dissertações especializadas sobre o tema.

2- INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA

A intervenção estratégica é um dos eixos de atuação do programa que tem como objetivo associar ou reunir os órgãos de Defesa Social e Justiça Criminal. Esse eixo de atuação reúne os representantes dos órgãos do Poder Judiciário, a Secretaria de Defesa Social (SEDS), a Polícia Civil, o Ministério Público e as prefeituras municipais. Também, atua nessa

área o Grupamento Especial de Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR) da PMMG, um dos órgãos mais importantes para que o programa tenha êxito em suas ações. Nesse eixo de atuação do programa Fica Vivo, o elevado índice de homicídios e de tráfico de drogas são fatores contribuintes para que os órgãos de defesa social possam dar mais ênfase a essa determinada área e que possa, além disso, programar uma nova base do Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC) para o programa.

A repressão qualificada é um meio, na qual a Polícia Militar - representada no programa pelo GEPAR - intervém no combate à criminalidade do seguinte modo:

> O GEPAR mapeará sua área de atuação no que se refere às modalidades de crimes existentes, bem como correlacioná-las com os grupos de cidadãos infratores que as pratica, além de mapear também os pontos de tráfico de drogas e seus líderes, "modus operandi" e as gangues existentes, mantendo banco de dados atualizado com fotos e endereços de todos os que forem presos. Desta forma o GEPAR manterá um monitoramento constante dos cidadãos infratores, tomando todas as medidas de repressão contra eles, causando o mínimo de transtorno para os cidadãos de bem, fazendo uma repressão qualificada e trabalhando no foco do problema. (POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, 2010)

Esses órgãos de Defesa Social tem a responsabilidade de planejar uma repressão qualificada e eficiente e vincular a operacionalização de Policiamento Preventivo Especializado nos aglomerados das regiões metropolitanas de Belo Horizonte. Contudo, o GEPAR trabalha de uma forma diferente, estudando os locais de alta periculosidade à população para que o bem comum se mantenha na sociedade.

Dentro do eixo da Intervenção Estratégica foi criado um subgrupo, denominado Grupo de Intervenção Estratégica, no qual são feitas várias reuniões frequentemente, discutindo-se a eficiência dos projetos que estão sendo aplicados aos jovens. Nesse intuito, o GEPAR mapeia toda a área onde a criminalidade está dominando a região e, com o levantamento desses dados, são feitas as intervenções na sociedade, procurando retirar ou afastar os jovens e as crianças da violência e da criminalidade. Esse grupo tem as seguintes funções:

> - Promover a operacionalização de áreas de repressão qualificada, através de levantamento de inteligência policial e do *modus operandi* de alvos envolvidos com a dinâmica criminal dos locais onde o Programa está implantado;
> - Proporcionar a integração dos Órgãos de Defesa Social e Sistema de Justiça Criminal;
> - Fazer levantamento das gangues, identificando quem são seus membros, apresentando organogramas com a ligação entre eles e delimitando o território de atuação das mesmas. Isto com o objetivo de monitorar os frequentes enfrentamentos

> entre elas e a possibilidade de revide quando ocorre homicídio provocado por disputa de poder ou território entre estes grupos;
> - Identificar as demandas das instituições e encaminhar aos responsáveis fomentando uma rede de corresponsabilização. (MINAS GERAIS, 2009)

Diante disso, pode-se afirmar que o Grupo de Intervenção Estratégica é muito importante para que se possa fazer um mapeamento de uma determinada região ou aglomerado e identificar as áreas onde o crime está mais concentrado e, após isso, implementar um Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC) do Programa Fica Vivo. Assim, colabora-se com a redução da criminalidade existente entre os jovens residentes nos aglomerados nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte.

O "modus operandi", adotado pela Polícia Militar por meio do GEPAR, é uma forma de operar e executar os procedimentos para a abordagem de um indivíduo ou de jovens que habitam as áreas periféricas. Esse procedimento exige muitas técnicas e habilidade por parte dos policiais, pois eles devem saber como proceder nesses locais e quando devem ou não agir, fazendo a abordagem de um indivíduo ou até mesmo no relacionamento com os jovens, diretamente no programa Fica Vivo.

Contudo, a ação dos órgãos de Defesa Social, principalmente da Polícia Militar (GEPAR), há de ser uma ação mais voltada ao diálogo. Os participantes desse eixo precisam manter uma relação pacífica com os indivíduos, tendo o objetivo de informá-los e conscientizá-los a respeito da criminalidade e da violência presente naquela área, apresentando-os, também, as ações socioeducativas, que tem por finalidade manter o jovem em contato com a cultura e o lazer, além de proporcionar uma vida mais digna a ele e a toda a sua comunidade.

3- PROTEÇÃO SOCIAL

A proteção social é o outro eixo de atuação do programa. Os jovens, em um contexto de vulnerabilidade social, precisam ser atendidos para que possam ter um modo de vida distinto do envolvimento direito com a criminalidade. Não se pode prevenir a criminalidade apenas interferindo ou inibindo as ações criminosas coativamente. É preciso também alcançar os objetivos descritos no artigo 3º da Constituição da República Federativa do Brasil, os quais visam:

> I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
> II - garantir o desenvolvimento nacional;

> III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
> IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil, 1988)

Isso significa que os jovens, além de serem impedidos de se envolver com a criminalidade, devem também ser ensinados a partilhar desses objetivos, com a chance de adquirir oportunidades de forma mais igualitária e obter melhores condições de moradia, saúde e educação. Apenas dessa forma que a sociedade brasileira poderá se desenvolver sem constantes conflitos no seu território. Assim como as pessoas bem-sucedidas possuem bens, não só materiais, mas também imateriais, como o capital intelectivo e linguístico, todos os jovens devem ter a oportunidade de alcançá-los. É desse modo que as desigualdades sociais e econômicas serão reduzidas entre a população brasileira.

Pode se alcançar este ideal com medidas que invistam no enriquecimento intelectivo dos jovens. Para isso, é necessário escolas e ensino de qualidade, que priorizem ao máximo a educação dos alunos e faça isso de forma metodológica e eficiente. O problema é que, no país, a realidade é muito diferente daquela descrita nos vários documentos formais e jurídicos. De acordo com uma pesquisa realizada na revista Época, a maioria dos alunos de ensino público está estagnada, com baixa qualidade de ensino e a existência de grandes desigualdades entre os estados brasileiros, isto com base em provas governamentais que visam avaliar o desempenho dos alunos em matemática e português do ensino fundamental. O jovem da periferia, nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, não está distante dessa realidade.

O principal motivo por qual esse quadro negativo permanece na sociedade brasileira não é o fornecimento de livros didáticos, de professores, de infraestrutura escolar ou de verbas para a manutenção da escola, mas a falta de uma metodologia de ensino eficaz. Uma pesquisa feita pela Agência Brasil indica que 40% dos professores no Brasil não têm formação adequada. Por esta causa, pode se inferir que os professores não dão subsídios aos alunos quanto a técnicas e metodologias de estudo. E é inexistente na grade curricular do aluno de ensino público uma disciplina que o ensinasse a aprender e absorver todo o conteúdo. O jovem precisa dominar não somente o conteúdo e as informações, mas saber utilizar as ferramentas que podem ajudar no seu aprendizado, como os livros, a internet, as revistas, os jornais e os vários outros meios de comunicação.

Isso tem direta relação com o jovem na periferia, pois ele também frequenta o ensino básico. Ele deve aprender muito mais do que apenas o conteúdo transmitido nos livros didáticos. Precisa saber como respeitar os outros, sem distinção ou qualquer preconceito,

conviver harmonicamente em sociedade, como estudar com mais eficiência, trabalhar e conquistar sua independência financeira. Porém, não é ensinado ao jovem como alcançar esses objetivos sozinho, sem que dependa constantemente do Estado, do professor, da família ou de alguém para o obrigar a trabalhar e estudar.

Entretanto, o que acontece na maioria dos casos, é que os jovens, especialmente os da periferia, diante da dificuldade no aprendizado, criam uma resistência e acabam desistindo do estudo e da escola. Com a falta de orientação profissional e com más influências, eles acabam aderindo à vida do crime, julgando essa ser mais a fácil de viver. Deveria existir nas escolas uma matéria que lidasse com as dificuldades na aquisição do conhecimento, na qual os alunos pudessem aprender técnicas que diminuíssem ou eliminassem os inibidores que atrapalham nos estudos, seja preguiça, falta de gosto na matéria, falta de tempo, falta dedicação, entre outros.

Outro fator também que influencia diretamente na dificuldade dos jovens em conviver harmonicamente na comunidade em que se insere é a falta de uma disciplina ética. Todo o ser humano, com a realidade atual existente no mundo, precisa aprender como se comportar dentro do meio social que habita. O meio mais rápido para isso são as disciplinas éticas, que ensinam e refletem sobre condutas as quais todas as pessoas, ao conviver umas com as outras, precisam ter quando estão juntas. Não é equivocado dizer que os jovens da periferia não possuem acesso a qualquer conteúdo ético consolidado em nenhum momento de suas vidas durante o ensino fundamental e básico.

Em face disso, o programa Fica Vivo! age constantemente não apenas contra a criminalidade, mas também para a formação ética de jovens entre 12 e 24 anos. São realizados projetos socioeducativos que objetivam a boa convivência social, o bem-estar de todos e a criação de laços de amizade e irmandade uns com os outros. De acordo com o Instituto Elo, em 2009, existiam 39 centros de Prevenção à Criminalidade implantados em todo o estado de Minas Gerais. O programa obteve tal dimensão por sua grande eficiência em educar os jovens de forma que, com a implementação de projetos comunitários, como elaboração de olimpíadas, incentivo a arte, a dança, a música, a convivência pacífica em grupos, diminuiu se o índice de jovens inseridos na criminalidade nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado, pode se concluir que o programa Fica Vivo é de suma importância para os jovens residentes nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte. O objetivo principal é diminuir a criminalidade existente entre os jovens de 12 e 24 anos e também fazer a reabilitação dos que estiverem envolvidos na vida do crime.

O programa possui dois principais eixos de atuação, sendo eles a intervenção estratégica e a proteção social. O primeiro caracteriza-se por associar ou reunir os órgãos de Defesa Social e Justiça Criminal, atuando para prevenir crimes de homicídio e tráfico de drogas em áreas de riscos e locais mais propensos para esses atos. Há uma atuação mais prática da Polícia Militar nessas áreas por meio do Grupamento Especial de Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR), um dos órgãos mais importantes para que o programa tenha êxito em suas ações, pois ele é o principal responsável por fazer uma repressão qualificada contra os cidadãos infratores. Além disso, fazer um mapeamento de uma determinada região ou aglomerado e identificar as áreas onde o crime está mais concentrado e, após isso, implementar um Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC) do Programa Fica Vivo.

O segundo eixo tem por finalidade a reabilitação e socialização de jovens, com o objetivo de evitar que eles fiquem alheios à criminalidade. Não deve existir somente um eixo repressor que iniba a ocorrência de atos ilícitos. É necessário que exista uma atuação que cuide da educação e do desenvolvimento dos jovens nessas comunidades presentes na região metropolitana de Belo Horizonte. É com base nisso que o programa cria e realiza projetos socioeducativos, os quais incentivam ao esporte, à cultura, as artes, a dança, a música e as relações sociais. Isso corrobora com o conhecimento do jovem de forma que, ao adquirir a riqueza cultural que lhe foi oferecida, ele começa a refletir mais sobre suas condutas e torna se um ser mais pacífico e uniforme com a sua comunidade.

Assim, foram com esses dois eixos de atuação que os índices de jovens envolvidos na criminalidade diminuíram e ainda diminuem consideravelmente nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte. O programa Fica Vivo se estendeu pelo estado de Minas Gerais por sua capacidade de interferir diretamente na vida dos jovens e pela sua metodologia eficiente para a reabilitação dos mesmos. Essa metodologia faz o jovem se tornar um ser pensante e não apenas o obriga a não cometer atos ilícitos. É desse modo que o objetivo do programa é cumprido, incluindo e incentivando o jovem a participar na sociedade e relevando a sua importância como cidadão brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Brasília: Senado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 11 jun. 2016.

GUIMARÃES, Camila. O ensino público no Brasil: ruim, desigual e estagnado. **Revista ÉPOCA**, 05 jan. 2015. Disponível em: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/01/bo-ensino-publico-no-brasilb-ruim-desigual-e-estagnado.html>. Acesso em: 11 jun. 2016.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. (**Re)pensando a pesquisa jurídica:** teoria e prática**.** 3ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. **Diretriz Geral para Emprego Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Comando-Geral, 3ª Seção do Estado-Maior da PMMG, 2010. 108p.

MINAS GERAIS. **Programa de Controle de Homicídios – FICA VIVO!**. Belo Horizonte: Governo do estado de Minas Gerais, 2009. Disponível em: <http://brasilia2060.ibict.br/wp-content/uploads/2015/12/Programa-de-Controle-de-Homic%C3%ADdios.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2016.

PREVENÇÃO à criminalidade. Portal: **Instituto ELO**. Disponível em: <http://www.institutoelo.org.br/site/parcerias/resultados/1>. Acesso em: 11 jun. 2016.

TOKARNIA, Mariana. Quase 40% dos professores no Brasil não têm formação adequada**. Agência Brasil**, 28 mar. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-03/quase-40-dos-professores-no-brasil-nao-tem-formacao-adequada>. Acesso em: 11 jun. 2016.

WITKER, Jorge. **Como elaborar uma tesis en derecho:** pautas metodológicas y técnicas para el estudiante o investigador del derecho**.** Madrid: Civitas, 1985.